

MEMÓRIAS DA OPERAÇÃO BARRIGA VERDE: A CAÇA AOS COMUNISTAS EM SANTA CATARINA

Eliton Felipe de Souza¹

“Se voltasse a ditadura militar, faria tudo de novo, diria pra todo mundo se unir pra não acontecer o que acontecia”².

Operações de caça aos comunistas

Em dezembro de 1975, dezenas de catarinenses foram sequestrados pelo regime civil-militar³ que governava o país a serviço da elite brasileira. Tinha início, no estado, a maior operação de ataque à oposição organizada pela direita e pelos militares desde o golpe de 1º de abril de 1964. Foram 42 pessoas presas, acusadas de terem relações ou de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa ação, porém, fazia parte de uma atividade maior, lançada pelo governo federal em âmbito nacional:

Prefeito Nilson Bender caminhando a esquerda do Ditador General Castelo Branco em visita a Joinville na década de 1960. (*Arquivo Histórico de Joinville*)

Com a implementação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, a repressão cresceu e aumentou o cerco dos agentes do Estado aos opositores do regime. Primeiro veio o ataque frontal aos grupos armados e, quando esses já estavam praticamente derrotados, os militares viraram a mira em direção aos militantes do PC⁴.

Ainda que o PCB permanecesse na clandestinidade, até então os militantes comunistas continuavam agindo dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e de instituições políticas, como sindicatos e movimento estudantil. Alguns, inclusive, eram figuras reconhecidas, como o jornalista Vladimir Herzog. Para combater a militância comunista, organizada e espalhada por todo o território nacional, a partir de 1973 o governo desencadeou dois tipos de operações militares: a Operação Radar, responsável pela destruição do comando central do PCB; e operações em menor escala, nos estados da federação onde o partido estivesse melhor organizado. Entre estas, estava a Operação Barriga Verde (OBV), de Santa Catarina, foco deste estudo.

A Operação Barriga Verde, realizada pelo Exército (DOI-CODI) em Santa Catarina, teve início no dia 4 de novembro de 1975, terminando com a prisão de 42 pessoas acusadas de pertencer ao PCB. Ela ocorreu num quadro nacional de repressão aos membros desse partido clandestino, entre 1974-1975, quando cerca de 14 integrantes do Comitê Central foram presos, mortos e estão desaparecidos até hoje. Em diferentes estados ocorreram operações semelhantes, como a Jacarta (São Paulo) e a Marumbi (Paraná), todas voltadas contra os integrantes do PCB⁵.

Este artigo apresenta a repressão aos comunistas em Santa Catarina, por meio das prisões ocorridas durante a OBV, em 1975, com foco na memória dos militantes, principalmente do norte do estado, possibilitando a construção histórico-social de fatos ocorridos durante o regime civil-militar brasileiro e que ainda são pouco conhecidos. Optou-se pelo estudo da memória dos militantes presos, entendendo a memória como as reminiscências do passado, como apontou Leal⁶, a partir das quais pode ser reconstruído na memória coletiva, vivificado e ressignificado, como afirmaram Schmidt e Mahfoud⁷. Partimos de entrevistas orais disponíveis em arquivos públicos e/ou particulares, com presos pela OBV, familiares e militares responsáveis pelas detenções. Além disso, utilizamos documentos produzidos pelos militantes atingidos pela repressão ou pelo Estado acerca das prisões nessa operação, que foi a maior realizada pelas Forças Armadas (FFAA) no estado, e é ainda pouco conhecida⁸.

A Operação Radar

Em 1973, a ditadura organizou a Operação Radar, ofensiva sob o comando do Centro de Informações do Exército (CIE), articulada com os Destacamentos de Operação Interna – Centros de Operação e Defesa Interna (DOI-CODI) de todo o país, para combater a militância comunista.

Depois do AI-5, as forças armadas receberam poder ilimitado para combater a resistência ao regime civil-militar.

Em 1973, com as principais organizações que defendiam a luta armada já bastante desarticuladas, a ditadura, [com] o DOI-CODI de São Paulo à frente, começa a Operação Radar, destinada a destruir o PCB e que ganha fôlego sob o governo do general Ernesto Geisel [a partir de 1974]⁹.

Foram mais de 600 presos e ao menos 20 dirigentes torturados e mortos¹⁰. A Radar permaneceu em atividade até 1976, concentrando-se principalmente no eixo Rio-São Paulo, com o objetivo de destruir o comando central do partido:

A militarização do Estado desenvolveu uma estrutura repressiva criada para garantir a manutenção do poder. Formava uma rede de órgãos com ramificações verticais e horizontais, onde as operações militares de caça aos opositores tinham um papel destacado. Com essa estrutura, a Radar conseguiu capturar 14 membros efetivos e 16 suplentes da direção nacional do PCB, partindo, em seguida, para a direção estadual paulista; foram presas e encaminhadas ao DOI-CODI, 128 pessoas¹¹.

Na Bahia, a operação ganhou ritmo acelerado sob o comando do major Carlos Alberto Brilhante Ustra, do DOI-CODI de São Paulo, que fez incursões de caça aos comunistas no estado nordestino, seguido pelo famoso torturador Sérgio Paranhos Fleury. Foram presas mais de 300 pessoas, entre elas, 42 relacionadas como dirigentes e colaboradoras do PCB no estado.

Os DOI-CODI estaduais desencadeavam operações menores, atacando as bases políticas do PCB. Estas ações ocorriam apesar da chamada “abertura” apregoada por Geisel, à medida que a direita brasileira – apoiada, principalmente, pela *linha-dura* do regime – estava interessada na manutenção dos privilégios e do poder conseguidos em governos anteriores e durante a ditadura.

Em 1975, a 5ª Região Militar do Exército, com sede em Curitiba, foi responsável por uma série de prisões numa “Operação denominada MARUMBI”,

com grande sucesso no Paraná. Uma outra, realizada no Rio Grande do Sul, no mesmo período, teria tido o mesmo sucesso da anterior, se não fosse a intervenção do governador Sinval Guazzelli. Em Santa Catarina ela instalou-se com o nome de Operação Barriga Verde, que colocou na prisão 38 militantes do PCB. O objetivo dessa, como de outras, era o de procurar “subversivos” ou inimigos do Estado militarizado¹².

A partir daí, a desarticulação correu como um rastilho de pólvora, atingindo o PCB do Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Goiás, Rio Grande do Sul e Pernambuco, assim como no Distrito Federal.

A Operação Barriga Verde em Santa Catarina

A OBV foi a principal intervenção militar no estado de Santa Catarina durante o regime civil-militar. Nela, vários catarinenses, considerados um perigo à estabilidade do governo, foram sequestrados, interrogados e torturados.

Vai lá e pega fulano. Então a gente pegava [um] soldado que conhecesse a região [Joinville], pegava e levava para os delegados João Pessoa Machado e Saul Três. Não havia Polícia Federal. A delegacia fica onde é o Sindicato dos Bancários. Com ordem de prisão, levava. Não ficava preso no batalhão. Comunicava a Florianópolis¹³.

Posta em prática no final de 1975, a operação, que durou até 1977, teve 42 presos. “Como o comunista aparece como um ser ardiloso, os acusados foram condenados por sua infiltração em diversos meios da sociedade, com o intuito de difundir seus ideais subversivos”¹⁴. Tirar esses militantes de circulação era a garantia que a direita catarinense precisava para manter os privilégios e impedir uma mudança política mais à esquerda. Os prisioneiros eram levados para Curitiba e, depois, trazidos à Colônia Penal Urbano Salles, em Florianópolis. A maioria foi torturada:

As prisões iniciaram-se dia 4 de novembro pela manhã. Antes disso alguns estávamos sendo seguidos [...]. Falei prisões, mas [...] foram sequestros. Sem qualquer ordem de prisão ou aviso aos familiares. As nossas casas foram invadidas ilegalmente. Foram retirados, sem ordem, livros, objetos de uso pessoal, não só dos que estavam nas mãos da repressão, mas também dos familiares¹⁵.

Segundo o coronel reformado da Polícia Militar (PM) de Santa Catarina, Sigfrido Maus:

Na década de [19]60, início de [19]70, aí a polícia militar participava, também, de buscas de informação, de levantamento de pessoas, de comportamento de pessoas e, via de regra, a polícia militar cumpria, também, missão de fazer a detenção, ou a prisão mesmo, de algum elemento indicado pelas autoridades judiciais ou militares. Ela recebeu essas missões. Eu, particularmente, recebi algumas missões, né?! De verificar, de fazer levantamento. A gente fazia tudo dentro daquilo que era determinado. Embora não tenha sido divulgado pela imprensa, mas nas conversas que nós tínhamos [...] dentro dos quartéis, essa operação, ela fez parte de uma grande operação no Brasil e em cada estado ela recebeu um nome diferente, mas foi feito [...] uma em sequência da outra. Se nós pesquisarmos um pouco o noticiário do Brasil todo da época, com certeza nós vamos ver que houve pessoas detidas em outros lugares sob [...] a mesma acusação: de que estaria envolvido em movimentos para desestabilizar o governo¹⁶.

Semanas antes das prisões terem início, os comunistas catarinenses já se preparavam para algo grande que partiria da repressão. Dias antes, por exemplo, ocorreu a detenção de Júlio Serpa¹⁷ para averiguação, o que demonstra que os agentes do Estado estavam a par de quem eram os militantes comunistas do estado.

Embora estivesse claro que as detenções ocorreriam, principalmente depois das prisões ocorridas no Paraná, com a *Operação Marumbi*¹⁸, em setembro de 1975, os catarinenses acreditavam que uns poucos seriam presos e que não haveria tortura, pois a maioria dos comunistas atuava na legalidade, por meio do MDB:

Importava apostar no aprofundamento da distensão proposta, primeiro passo para a reconquista da democracia. Os comunistas catarinenses estavam embalados pelo recado das urnas nas eleições do ano anterior, quando o MDB bateu a ARENA pela primeira vez. No pleito de 1974, apoiaram diretamente as candidaturas de parlamentares eleitos por essa legenda – Delfim de Pádua Peixoto Filho e Murilo Canto (Assembleia Legislativa) e Walmor de Luca (Câmara Federal), e indiretamente outras. Em Criciúma e Joinville também existiam compromissos em jogo no meio sindical e com parlamentares da oposição. Não havia como largar tudo e se esconder ou fugir. E se não acontecesse nada? Como explicaremos?¹⁹.

Porém, o PCB se tornara para o governo o último alvo da repressão. “Já se havia derrotado as guerrilhas, e assim não existiam inimigos perigosos a ponto [...] de justificar atos de repressão. Mas, [...] o cenário político com-

plicado, levou a um ataque frontal contra militantes do partido que estavam abrigados no MDB²⁰, em consequência, o que se viu foi o avanço da violência e da tortura em Santa Catarina. Os militantes que eram levados ao 63º Batalhão de Infantaria do Exército (BI), no bairro do Estreito, em Florianópolis, começaram a ser torturados ali mesmo:

Queimaduras, choques elétricos, pau-de-arara, isso falando apenas das torturas físicas. No quesito psicologia também eram peritos os torturadores. Eram ouvidos pelos encarcerados gritos de crianças, lamentos de pessoas sendo torturadas. Durante a noite eram os encarcerados chamados mais de vinte ou trinta vezes, para prestar depoimento, impedindo-os de dormir²¹.

Ao todo, foram 42 militantes presos e processados pelo Ministério Público Militar. Dentre os militantes capturados durante a operação, 11 residiam na cidade de Criciúma, nove em Florianópolis, oito em Joinville, cinco em Itajaí, dois em Porto Alegre, dois em São José, um em Chapecó, um em Balneário Camboriú, um em São Paulo, um em Piçarras e um em Guarapuava. O *modus operandi* nas prisões eram parecidos, como relatou um dos militares envolvido nas detenções:

Recebi um endereço na rua Helmuth Falgatter e segui com um Jeep do 62º BI. Cheguei fardado e fui atendido pela dona da casa, a quem mostrei um bilhete lacrado. Ela mandou entrar e sentar. Duas crianças ficaram me olhando. Ela foi ao quarto arrumar a mala. Tinha uma tristeza no rosto, mas não chorava. Irineu Ceschin estava sendo preso²².

As notícias sobre as prisões logo ficaram conhecidas em todo o estado, e a 5ª Região Militar lançou nota à imprensa comunicando o que estava acontecendo em Santa Catarina e agradecendo a ação dos veículos de mídia, deixando clara a ligação entre esses, que representavam o capital financeiro, a direita brasileira e os militares:

COMUNICADO DO COMANDO DA 5ª RM/DE: Como é de conhecimento público, diligências realizadas pelos Órgãos de Segurança durante o corrente ano, culminaram com a captura de elementos engajados em atividades de natureza subversiva em vários Estados da Federação, bem como ensejaram o levantamento de dados com a atuação ilegal e clandestina do proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB) [...] Tais dados, já acrescidos de outros já existentes nos Órgãos de Segurança da área, se constituíram em ponto de partida para o aprofundamento das investigações, que resultaram na prisão

-, nos últimos dias, de vários suspeitos de pertencerem ou estarem ligados à cúpula da subversão no Estado de Santa Catarina. [...] Pode estar certa a família catarinense de que as ações em curso visam a garantir sua tranquilidade e a ordem indispensável ao trabalho profícuo, fatores imprescindíveis ao progresso de nossa Pátria. Ademais, estão sendo – e continuarão a ser – conduzidas respeitando-se a pessoa humana, obedecendo a lei e somente nos casos impostos pela Segurança Nacional. [...] Cabe agradecer a atuação dos meios de comunicação social, que, em nenhum momento prejudicaram as diligências²³.

Na capital do estado, o deputado estadual Murilo Canto comunicava no plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) o sequestro e prisão de diversos militantes:

Cumprimos mais uma vez o triste dever de comunicar a esta casa de que, além do advogado e do jovem estudante [...] terem sido sequestrados, recebemos a notícia agora que mais dois cidadãos da nossa comunidade foram presos ou sequestrados e mais um encontra-se desaparecido. [...] Recebemos a informação de que o estudante de economia Cirineu Martins Cardoso foi preso e acha-se em local ignorado; que o engenheiro Marcos Cardoso Filho, professor do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina, também foi preso e levado para local ignorado. Informamos também que o professor Valci Lacerda, suplente de vereador do MDB da Capital, encontra-se desaparecido²⁴.

Enquanto isso, os militantes eram levados vendados em carros da polícia em longas horas de voltas pela cidade, para que perdessem a noção de localização e para que pudessem ser interrogados e torturados, ali mesmo, na “Ilha da Magia”²⁵, nos centros clandestinos vinculados à estrutura de inteligência e repressão do regime civil-militar:

Os centros clandestinos foram criados para execução de procedimentos considerados estratégicos pelas FFAA, a partir de uma nova apreciação das forças oposicionistas, realizada pelos órgãos de comando no interior da estrutura de repressão, e iniciada no ano 1970. Nesse contexto, são definidas as atribuições para funcionamento dos centros clandestinos. São elas: 5.1. Executar os procedimentos necessários para desaparecimento de corpos de opositores mortos sob a guarda do Estado. Tais procedimentos incluíam: 5.1.1. Eliminar condições de identificação dos corpos: retirada de digitais e arcadas dentárias; 5.1.2. Eliminar corpos por meio da queima (junto com pneus); do esquad-

tejamento; do lançamento no mar ou em rios; 5.2. Executar procedimentos necessários à prisão e interrogatório de opositores políticos já condenados pela política de extermínio. Tais procedimentos incluíam: 5.2.1. Evitar o reconhecimento da prisão de opositor político pelos órgãos de repressão; 5.2.2. Impedir o ingresso do preso nos esquemas judiciais previstos pela legalidade de exceção; 5.2.3. Criar condições necessárias para suporte e execução da política de extermínio; 5.3. Criar condições para recrutamento e monitoramento de militantes cooptados e transformados em agentes infiltrados em organizações oposicionistas. Os procedimentos de monitoramento incluíam: 5.3.1. Assinatura de contratos e de recibos de pagamento de salários; 5.3.2. Produção de relatórios; 5.3.3. Fichário de agentes infiltrados com nome e codinome; 5.4. Criar condições necessárias para alojamento provisório de agentes envolvidos em operações clandestinas; 5.5. Garantir a inimizabilidade dos agentes envolvidos com o aparato repressivo²⁶.

Em Joinville, o pronunciamento do vereador Aderbal Tavares Lopes²⁷, do MDB, realizado no dia 5 de dezembro de 1975, na Câmara municipal, com o apoio dos também vereadores Coelho Neto e Elmar Zimmermann, denunciava a prisão arbitrária de Irineu Ceschin²⁸. Segundo Martins²⁹, só o que se podia ouvir era o vereador Nagib Zattar sussurrando: “Seu comunista, tu vai preso, seu vagabundo”.

Enquanto os presos eram mantidos sob tortura nas dependências do DOI-CODI, era quase impossível para os advogados requererem a liberdade dos militantes:

Se antes do Ato Institucional Nº 5, normalmente, o Inquérito tramitava com uma certa liberdade para o exercício da advocacia (você tinha acesso quase que imediato ao preso, [...] dessa primeira fase raramente houve tortura), o panorama modificou-se completamente a partir do AI-5, quando a investigação passou para o DOI-CODI. [...] No interior, onde funcionava o esquema de repressão, [...] os membros do DOI-CODI usavam codinome, por isso que foi muito difícil, depois, você identificar quem participou da tortura, quem torturou, porque eles usavam codinome. [...] Quando terminava o martírio ele era encaminhado para o DOPS e chegava no DOPS com uma minuta da confissão, porque se não admitisse, pelo menos, relação, por exemplo, com o Partido Comunista ou com aquelas organizações clandestinas que formaram, a pessoa continuava no [DOI-CODI]. Sem nenhum acesso ou assistência de advogado. Por quê? Porque não tinha como a família, nem o advogado, saber aonde funcionava o DOI-CODI. O “aparelho” do DOI-CODI sempre permaneceu na mais absoluta clandestinidade, que quando o preso era encaminhado pro DOPS, [...] porque

a suposta confissão dele seria obtida não no interior, nos porões do DOI-CODI, e sim perante a Delegacia de Ordem Política e Social, o DOPS³⁰.

Ainda segundo o advogado Antônio Breda³¹:

Até que houvesse a denúncia do Ministério Público, o advogado pouco podia fazer, por quê? Porque a investigação era secreta, absolutamente sigilosa, o preso era mantido em local ignorado (nós nunca conseguimos localizar onde funcionava o DOI-CODI. Nunca, nunca! Na época, nunca conseguimos). Então você não tinha a garantia do *habeas corpus*, você não podia indicar a autoridade coautora, porque o DOI-CODI era uma organização... Uma organização secreta, que funcionava na clandestinidade, essa que é a verdade. [...] É claro que o comandante da justiça militar é que designava o comandante, o militar que era encarregado dessas operações do DOI-CODI, mas você não ficava sabendo, porque não havia a menor publicidade para essa investigação. O preso era mantido incomunicável, sem direito de se comunicar com o advogado, o prazo era de trinta dias depois prorrogado por mais trinta dias. Depois, invariavelmente, vinha a prisão preventiva...

Ainda que os presos tenham sido sequestrados e torturados, detidos à revelia da lei, mesmo que parlamentares do MDB e instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estivessem denunciando o que acontecia naquele momento, em Santa Catarina, políticos da época, representantes do poder civil-militar e da direita no estado, continuaram e continuam negando os fatos ocorridos na Operação. É o caso do empresário e ex-prefeito de Joinville, Nilson Bender³², falecido em 2013, que defendia o regime até os últimos dias de vida e era figura permanente na imprensa do município:

Em primeiro lugar eu quero dizer que existe uma grande deturpação em torno do que foi o regime militar. O Brasil não teve, em toda a sua história, um acontecimento melhor do que a tomada do poder pelos militares. Porque eles eram competentes, eles eram a única instituição organizada e não eram corruptos e, com isso, puderam desenvolver um governo que proporcionou ao país o grande progresso de que, hoje, o governo Lula auferiu. E os futuros governantes vão auferir. [...] Porque eu vivi os antecedentes da implantação do regime militar, quando agitadores e demagogos preparam o país para impor uma ditadura comunista [...]. Evidentemente que, naquele tempo, ninguém tinha simpatia por esses elementos que foram presos. Então, ninguém ficou com pena [...], a cidade ficou indiferente a esses acontecimentos e eu acho que a cidade estava certa³³.

Bender reproduzia a história oficial propagada pelos militares de que havia em curso uma “revolução comunista” que pretendia implementar no Brasil uma:

Ditadura nos moldes como existia na Rússia, na China, na Alemanha Oriental e como existe, ainda hoje, em Cuba e na Coreia do Norte. Ditaduras que não respeitam os direitos civis, que não respeitam a liberdade das pessoas e que têm uma justiça que obedece a orientação dos interesses políticos de quem está comandando o país³⁴.

Por outro lado, de acordo com E Schatzmann³⁵, o governador Antônio Carlos Konder Reis teria feito intervenções em favor dos militantes presos na OBV:

A gente via os xingamentos que os torturadores faziam quando nós estávamos lá no DOI-CODI, em Curitiba. [] ‘Uma vaca, um viado, um filho da puta que não quer colaborar []’. Tanto é que quando a gente chegou em Canasvieiras, lá em Floripa, assim a gente sentiu um clima melhor. Domingo vinha assim, umas sacolas de frango, aí vinha dois, três garrações de vinho [] o cara chegava lá e falava ‘Oh, eu falei com o Toninho [] e ele mandou isso aqui pra vocês, ele queria vir aqui avisar, mas não deixaram, e ele era o governador³⁶.

Ainda que figuras importantes do cenário político, como Bender³⁷, continuem a afirmar que “a grande maioria [...] não sofreram essas perseguições [...]. Invocam isso hoje para ganhar dinheiro. [...] São eles que dizem que foram torturados, mas não há prova [...] que tenha havido tortura”, em documento produzido pelos presos, em 26 de fevereiro de 1976, fica clara a forma ilegal como as prisões ocorreram:

A maneira pela qual fomos conduzidos ao holocausto, deu-se através de sequestro. Um grupo de mercenários interceptava o cidadão na rua, na residência ou no local de trabalho; colocavam um “óculos” desses usados para trabalhar com aparelhos de solda, cujos vidros são cobertos com fita isolante, tendo um elástico atado a haste, impedindo quase totalmente a visão. Assim não houve a identificação da suposta autoridade que efetuou a “prisão”, com armas apontadas. Não sabíamos por que estávamos sendo “presos”, por quem e para onde éramos levados. Mandado de prisão inexistiu. Os veículos eram: furgão, caminhonete marca chevrolet (veraneio), cuja porta traseira não possuía manivela para baixar o vidro, nem trinco para abri-las³⁸ ([Ilegível] DAS DECLARAÇÕES DOS PRESOS POLÍTICOS DA “OPERAÇÃO BARRIGA VERDE”, 1976).

Memórias dos militantes comunistas e familiares sobre as prisões e torturas sofridas durante a OBV

As prisões permanecem vivas na memória daqueles que foram levados pelas forças da repressão e, também, por aqueles que viram suas vidas devastadas por essa situação, como é lembrado pela senhora Maria da Glória Rocha, esposa de Osni Rocha:

Fazia 15 dias que era casada. Onde ele foi preso foi na [empresa] Cipla, a gente trabalhava lá, só que ele trabalhava na ferramentaria e eu no setor de injeção. Ele foi pego lá na empresa, só que lá na hora eu não tava a par. Só quando eu cheguei em casa que meu cunhado me falou. [...] Daí, no outro dia, eu fui lá no batalhão para perguntar, daí eles me disseram que não sabiam de nenhuma informação. Daí a gente ficou quatro dias sem saber aonde que ele estava, depois daí já tavam [sic] indo procurar as pessoas que tinham ido para Florianópolis, aí já veio alguém comentar que ele tinha ido para Curitiba, mas onde ele tava em Curitiba a gente também não sabia³⁹.

Outra que mantém viva a memória daqueles dias é Lúcia Schinato Schatzmann:

Chega lá em casa, ali pelas duas horas da tarde um carro do [Comércio e Indústria Germano] Stein, com emblemas do Stein, “Ô Lúcia...” Maior festa, batendo nas minhas costas... Eu já atendi meio assim, porque a gente tinha medo de tudo... “Como é que está o ‘Ed’?” Chamando pelo apelido. Digo: “Está bem!” “Onde que ele está nesse momento?” “Ele está viajando!” (mentira, ele estava trabalhando) “Tá viajando”, eu desconfie, né?! “Eu sou amigo dele, eu também não estava em Joinville, voltei agora e quero dar um abraço nele...” Pensei: “É a polícia disfarçada!”, e a gente já tinha escutado prisão daqui, prisão de lá. Já tinha escutado que o Theodoro [Ghercov] tinha sido preso, porque depois ele saiu ali de casa e tinha sido preso lá em Florianópolis... Digo: “É a polícia!”, eu disse: “Ah, o Edgar está viajando” “Então vamos fazer o seguinte... Quando é que ele volta?” “Só daqui uma semana” “Então tá bom, daqui uma semana eu venho.” E foi. [...] Chegou o Edgar [...] de noite e eu disse: “Edgar acontece assim e assim...” Conte pra ele e disse: “É um sinal, é um sinal!” Naquela noite nós não jantamos, nós não dormimos, porque a gente sabia já o que vinha pela frente⁴⁰.

Edgar também lembra como foi o transcorrer daquele dia: “uma tarde assim, até um tanto chuvosa, uma movimentação de tropas, homens com

metralhadoras... Aí pensava: ‘Deve ter algum assalto, alguma coisa por aí’, mas não: era eu que eles visavam”⁴¹. Ele acabou preso no dia seguinte, quando chegava ao trabalho. Lúcia Schatzmann soube, pouco depois, por meio de colegas da empresa onde o esposo trabalhava:

Quando ele chegou, chegaram os caras e encapuzaram ele. Puseram um capuz e jogaram pra dentro de um carro [...], e os operários, tinha dois que sabiam onde é que nós morávamos, onde que o Edgar morava, bateram de bicicleta lá em casa apavorados, porque tinha acontecido isso com o Edgar... “Que era bandido, que vão matar o Edgar, que não sei o quê...”, eu disse: “Olha, vocês voltam pra firma e tocam a firma como se o Edgar estivesse presente e eu vou tomar providência disso”⁴².

Entre as duas únicas mulheres presas na operação, Rosimarie Cardoso Bittencourt⁴³ não esquece como foi levada pela repressão:

Em Joinville eu [...] trabalhava como assistente social, da prefeitura, e comecei o trabalho dos CERIs, que são os Centros de Educação e Recreação Infantil, e [...] eu comecei a perceber que apareceu um cara na minha casa perguntando se conhecia... Eles estavam tentando identificar porque não era só centrado ali em Joinville, eu acho. Eu acho que também tinha... Eu sei que estavam lá me apavorando ou me identificando. Então eu já notei que havia assim... Alguma coisa estava acontecendo. Como eu digo, eles estavam mesmo me apavorando, né?! Eu cheguei no trabalho de manhã e esses três homens estavam lá me esperando. [...] Isso era 08h30min da manhã e me disseram: “A senhora vem conosco!” e eu disse: “Mas vou com vocês pra quê?”, “A senhora vem!”. E não tinha nem como eu dizer que não ia⁴⁴.

Muitas prisões ocorreram enquanto os militantes chegavam em seus locais de trabalho ou já estavam trabalhando:

“Osni Rocha!” “Eu!” “Olha, tem gente te chamando na portaria dois.” Aí até a turma, meus colegas de serviço, disseram: “Poxa, casou esses dias (até eles foram no casamento, no quebra-caco meu, alguns foram no casamento), casou esses dias e o cobrador já está na porta.” Aí eu fui lá. Ele disse assim: “Você é o Osni Rocha?” “Sou!” “Você conhece [...] o Júlio Serpa?”, o Serpa também fazia [parte] do nosso grupinho. Aí eu disse “Conheço!” “Tá preso!” “Preso por quê? Eu não matei, não roubei...”⁴⁵.

Júlio Serpa foi preso quando chegava em casa: “Eu estava vindo pra casa, a hora em que eu desci do ônibus eles me pegaram. Não deixaram nem

eu chegar em casa. Mas já tinha ido na minha casa e tal, aí eles já me conheciam, sabiam quem era eu”⁴⁶.

Os presos ficaram incomunicáveis por pelo menos dez dias, inclusive, sem contato com a autoridade judiciária⁴⁷ ou com os advogados, o que, de acordo com o artigo 59 da Lei de Segurança Nacional (LSN)⁴⁸, não era permitido.

Sequestrados pelas forças de segurança e incomunicáveis, os presos começavam a se identificar e a compreender que se tratava de uma operação de larga escala, no momento em que eram levados para a capital do Paraná, pois era ali que encontravam os companheiros de partido, como relata Osni Rocha⁴⁹: “Entra naquela veraneio, [...] verde. Botaram eu, o João Jorge e o Antônio Justino, algemados [...]. Aí, eu já morei em Curitiba, aí sobe que sobe que sobe, eu digo “pronto, tamo indo pra Curitiba”. Chegando no presídio os militantes descobriam que não estavam sozinhos “Já tinha mais gente lá, já tinha mais gente lá. O Irineu que já faleceu também estava. [...] Tinha bastante gente lá de Criciúma”⁵⁰.

Com o “desaparecimento” dos presos, coube aos familiares a procura desses, para que não fossem mortos em poder do Estado.

Em Curitiba, onde nós fomos segunda-feira, tinha lá os desaparecidos [...], por um momento eu olhei aqueles companheiros desaparecidos e achei que eu estava ali comecei a procurar... alguém me perguntou “Ué, tu conhece alguém?” “É conheço!” “Mas por que tu está olhando tanto?”... Eu pensei que eu estava ali. Se não fosse a Lúcia eu estaria ali⁵¹ (Schatzmann E., 2011).

Montei na bicicleta e fui atrás de um telefone porque tinha telefone público só no final da João Colin. Fui lá pra telefonar [e] avisar o Breda que tinha acontecido a prisão do Edgar, avisei. Quando eu voltei... Nesse intervalo que eu fui lá e voltei, eles chegaram com o Edgar lá em casa, levaram todos aqueles livros que era livro nosso de estudo que não tinha nada a ver com nada [...] e outras coisas assim... O que vinha pela frente que tinha alguma coisa de faixa vermelha ou de vermelho foi tudo⁵².

O sumiço dos militantes criava uma série de problemas aos familiares. Não bastasse a angústia de não saber o paradeiro dos presos, as famílias ficavam duplamente desamparadas: Primeiro com a falta de recursos advinda do trabalho realizado pelos militantes e, segundo, porque para procurarem os desaparecidos era preciso largar o emprego:

Daí eu avisei pra minha família lá em Itajaí, porque a minha família é de Itajaí, daí tinha um tio que morava em Florianópolis também, daí ele veio aqui em Joinville pra ver como é que eu estava. Daí eu tive força assim da minha irmã,

desse meu cunhado. Só que daí não ia trabalhar e daí não recebia, né?! Aí no fim eu tive de receber ajuda, também, da Assistência Social⁵³.

Na prisão, os militantes comunistas foram cruel e constantemente seviçados pelos militares na tentativa de conseguir informações:

De noite começou o pau! Nossa senhora! Quem levou mais pau foi o João Jorge. [...] “Comunista!”, e coisa e tal. “Conhece o Raul? Conhece fulano?”. Conhecia, mas tinha que ficar quieto. Ficava lá uma meia hora de paulada. [...] Pau, pau, pau, choque e lambada e cacetada e choque... Tenho até hoje marca... [...] E mostravam fotografia... Perguntavam pra mim “Conhece esse?” “Sim, conheço. Esse é o Júlio, nós jogava bola.” “Conhece aquele?” “É o João Jorge, brincava de bola comigo!” “Conhece esse aqui?” “É o Edgar que sempre também estava lá”. Tudo o que eu conhecia eu falei, mas aí começaram... “Conta de Criciúma!” “Eu nunca tive em Criciúma, não conheço!” “A Rose?” “Não conheço!” “O Marcos?”, também não conhecia o Marcos, fui conhecer depois lá... “Vamos deixar no acorda leão hoje? Aí amanhã ele conta” [...] Aí você dormia que nem um bicho, um animal, com as pernas pra cima e as mão pra cima, aí de manhã soltavam e algemavam de novo⁵⁴.

Em documento de 1976, os presos relataram pelo menos 65 tipos diferentes de torturas e de instrumentos utilizados pela repressão, como os exemplos que seguem:

21. Choque elétrico – era aplicado com dois tipos de aparelho. Ambos tinham uns 30 cm de altura, por 15 cm de largura. Um possuía uma manivela ao lado e outro alguns botões, os quais, quando acionados, transmitiam energia. Da parte superior do aparelho, saíam dois fios de cobre, que eram atados aos dedos de cada mão, ou colados à pele com esparadrapo, sendo regiões preferidas os dedos e os rins. [...] 27. Fome, sal e sede – muitas vezes não forneciam comida e quando o faziam, salgavam bastante. Pedíamos para que dessem água e não davam ouvidos e negociavam o fornecimento no interrogatório. [...] 30. Exibição dos presos sendo torturados, aos ainda não torturados. [...] 32. Gravações contínuas de homens, mulheres e crianças, sendo seguidamente torturados (gritos desesperados). [...] 34. Despersonalização do preso, através do terror, da ameaça de morte, das torturas físicas e psicológicas, induzindo e também instigando ao suicídio, até dizendo: “por que [sic] não te matas? sabes que não tens escolha”. [...] 39. Promessa pelo Encarregado do Inquérito, de que torturaria nossos familiares, o que de fato em alguns casos fez, aproveitando da oportunidade em que nossas esposas foram apanhar autorização para visita, onde então tratou-as

em sala reservada de sem vergonha e putas, também fazendo propostas de que se elas reconhecessem algumas fotografias seus maridos seriam soltos imediatamente [...] 42. Aplicação de choques elétricos em presos durante o interrogatório, para que assinassem os depoimentos elaborados pelo Encarregado do inquérito; quem acionava a máquina de choques era o próprio Bel Lucio Jaimes Acosta⁵⁵ [...] 54. Ameaças de morte pelo Bel Lucio Jaimes Acosta, dizendo que a coisa era fácil, pois está na moda simular um acidente de veículo, uma fuga ou suicídio⁵⁶.

Eram constantes, também, as humilhações praticadas pelo delegado da PF: “Esse Dr. Lúcio era negro que nem eu, ele dizia: ‘Seu negro macaco!’ [...] e eu quase dizia: ‘E você o que é?’ aí me batia e eu tinha que ficar quieto”⁵⁷. Lúcio Acosta não ameaçava apenas os presos políticos:

Esse Dr. Lúcio, me pegou um dia [...] me levou pra dentro de uma sala, chegando naquela sala estava a Linete, a mulher do Irineu Ceschin, sentada numa mesa. Aí quando eu entrei ela disse pra mim “Lúcia, faz tudo o que ele quer!” [...]. Aí ele me pôs assim, do lado da mesa, e um monte de armas empilhadas assim, eu via aquele monte de armas e dois caras armados. Aí ele começou, ele queria que eu assinasse um papel em branco que o Edgar e o Irineu saíam ilesos, que eles iam soltar, que era um engano [...]. Eu disse “Não! De jeito nenhum eu vou assinar.” [...] Ele deu um soco em cima da mesa que pulou tudo (eu acho que ele queria ter dado aquele soco em mim, sabe?), aí assim que ele deu o soco, eu dei outro [...] a Linete desandou no choro, eu dei aquele soco e aí eu disse “Um dia o senhor vai pagar por tudo o que o senhor tá fazendo!” aí ele olhou bem sério pra mim e calmo e disse “Eu sei! Um dia é da caça, outro dia é do caçador”⁵⁸.

Além das torturas infringidas pelos militares, alguns aspectos simples, corriqueiros, quase banais, criavam um terror psicológico ainda mais contundente, indicando o estado de terror em que se encontravam os presos políticos naquela situação de constante ameaça:

Aí naquele quarto que era verde [...] eu contei, 1... 2... 3... 4... 5... 6... 7... 8... 9... Nove riscos. Digo: “No décimo risco eles ‘pau’ mataram!” Pensando tudo de mal, mas justamente quando chegou no décimo dia... “Esse vai, o Júlio vai, o Antônio Justino vai...”. Aí vendaram os olhos, entramos na veraneio pra ir até Florianópolis⁵⁹.

O documento, produzido pelos militantes, em 1976, revela, ainda, como eram as “masmorras” em que os presos foram “depositados”:

No prédio 1, estava situado um banheiro, três celas e uma sala de interrogatórios onde eram aplicados choques elétricos; também, os escritórios dos torturadores. [...] As masmorras, eram sem qualquer ventilação, cobertas de DDT no chão e nos colchões, sem luz solar, traveseiro e lençol [...]. Havia sangue coagulado nas paredes e no chão. A[s] porta[s] das masmorras eram de madeira trancafiadas por fora com um cadeado. O interior da cela era escuro, havendo uma lâmpada e o interruptor ficava do lado de fora. [...] As masmorras 1 e 2, eram guarnecidas por um cano instalado horizontalmente, onde os presos tinham um punho e uma perna atados por algemas e ali ficavam durante horas, com o corpo suspenso⁶⁰.

Identifica, também, os torturadores, entre eles o delegado da Polícia Federal em Florianópolis, Bel. Lúcio Jaimes Acosta:

1. Leonel, com aproximadamente 1,70m, cor morena clara, barba cerrada, bigode espesso, cabelos médios ondulados, tipo gordo, entroncado, aparentando 35 anos. [...] 3. Sidnei, de aproximadamente 1,80m, loiro, com uns 35 anos, cabelo liso – corte militar, fisicamente forte. [...] 7. Quatro carcereiros que inclusive participavam das sevícias. [...] 11. Major Souto – interrogava e supervisionava os trabalhos no 63º Batalhão de Infantaria, em Florianópolis, gordo, moreno, cabelo liso preto, possui uma mancha branca circundando a região dos lábios, de aproximadamente 1,68m. 12. Dr. Carlos, de estatura média, magro, cor branca, cabelos castanhos lisos, bigode fino, estava muitas vezes acompanhado do Mj. Souto, cuja função era receber presos no 62º BI. [...] 14. Um médico militar. 15. Um enfermeiro. 16. Encarregado do Inquérito – Bel. Lúcio Jaimes Acosta, negro, alto, magro, funcionário da polícia federal em Santa Catarina. [...] 19. Dr. Gregório apresentava-se como chefe da Operação Barriga Verde; em Curitiba usava o nome de Dr. Rui, com mais ou menos uns 50 anos, cabelos lisos pretos, meio grisalho, usava óculos de grau, cor clara⁶¹. E relata, ainda, a existência de falsas testemunhas arroladas no processo: Desconhecidas por nós e arroladas na Denúncia como “testemunhas”, diga-se falsas testemunhas que são: Aldo Paulick, Moacir Nuemberg e Maria José Silva dos Santos, todos funcionários do Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional do Estado de Santa Catarina⁶².

Dos 41 presos que foram interrogados na fase judicial, 16 afirmaram ter sofrido tortura física durante o inquérito policial, 16 sofreram torturas psicológicas e nove afirmaram não terem sido torturados de forma alguma. “Ou seja, 32 dos acusados sofreram tortura física ou psicológica e, ainda assim, os juízes consideraram que o inquérito foi revestido das formalidades legais.

Mais da metade dos acusados afirmou que suas declarações já estavam prontas antes mesmo do começo do interrogatório”⁶³.

Ainda que a memória seja constantemente reelaborada de forma individual, aquilo que recordamos dialoga com o que vivemos e, principalmente, com quem vivemos tais acontecimentos. A ligação que possuímos, sejam políticas, familiares ou culturais, por exemplo, estabelecem aquilo que consideramos mais importante, elaborando significados e selecionando o que precisamos esquecer ou relembrar. De acordo com Souza⁶⁴:

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e que para que uma lembrança seja reconhecida é preciso que existam laços entre os indivíduos que os permitam se reconhecer como um grupo, no caso dos presos na OBV, esses laços se estendem com a causa defendida, ou seja, em um primeiro momento apenas a luta comunista, que passa pelo projeto de redemocratização do país e chega às torturas.

Depois de mais de três décadas daquelas prisões, os militantes mantêm na memória a dor e o sofrimento do cárcere, como é possível verificar nas entrevistas analisadas, descrevendo em detalhes as situações que viveram ou rememorando vivamente os sentimentos que guardam do período:

Fomos levados pra uma cela e ali começou os interrogatórios. A cela, ela [...] tinha um cadeado com corrente pelo lado de fora e, de hora em hora, eles batiam no cadeado, então... De hora em hora aquilo, durante 24 horas, no fim... Quando batia no cadeado a gente levava um pulo, né?! A gente levava um pulo, porque a gente não conseguia dormir [...] e então eles colocavam o capuz na cabeça e levavam para interrogatório. [...] Teve um interrogatório que eu fui açoitado como um escravo no tronco. Fui açoitado porque eles achavam que eu não queria cooperar com eles. [...] Sim, eu tinha a informação, mas eu não queria que colegas viessem viver o que eu estava vivendo no momento⁶⁵.

O pior de tudo é tu ver um camarada, um companheiro, um amigo de dia a dia teu, estar sendo massacrado por outras pessoas, o que eu presenciei muitas sessões de tortura, tanto comigo como com outros companheiros⁶⁶. Eles ligavam o fio e rodavam uma manivela pra dar o choque conforme se tu respondia uma coisa que não era o que eles bem queriam. “Você esteve na reunião tal? Foi lá o seu irmão [...] fulano, fulano, você estava lá nesse dia?” “É, eu fui, mas eu fui lá porque eu fui lá...” “Não, mas você foi pra fazer a reunião do Partido Comunista!”. Se eu não respondia, então eles faziam a manivela e aquilo me dava o choque, uma coisa horrível nos braços da gente⁶⁷.

Além daqueles que estavam encarcerados e eram constantemente sequestrados, física e psicologicamente, os familiares, quando tiveram acesso ao paradeiro dos presos e puderam visitá-los, tinham de passar por constrangimentos, ofensas e intimidações por parte dos agentes do Estado:

Eu não militava. Porque, geralmente, tinha as crianças pequenas e coisa, mas tinha reunião lá em casa, só que eu não conhecia o pessoal, entende? Nós acabamos conhecendo o pessoal, eu no caso [...], ali na prisão. Então, lá na prisão, eles mostravam o pessoal: “Tu conhece esse aqui, tu essa aqui?” Eu dizia “Não!”, não ia dizer que conhecia, né?! “Não, mas tu conhece, tu conhece e tal...” (o delegado). Chegou uma hora que ele botou o revólver em cima da mesa e disse: “Não, tu conhece!” [...], pra me intimidar. Eu disse: “Não, não conheço!”, aí mostrava várias fotos de cara na praia, em tal lugar [...] assim... “Não, esse aí eu não conheço ninguém.” Aí ele bota um... Não sei, era um “ar-condicionado” [...], muito perto, me chamou de burra, “A senhora é uma burra!” disse “Ó, infelizmente eu não posso dizer nada pra ti, se eu sou burra, sou burra mesmo...”⁶⁸.

Alguns presos, em 1975, quando foram encarcerados, já tinham filhos pequenos e as ações da OBV também marcaram a memória destas crianças. São muitos os relatos do sofrimento sentido por elas:

Aí a minha esposa veio com o meu guri, o meu guri tinha cinco anos de idade, e o meu guri quando viu aqueles policiais tudo armado assim, ao meu lado, ele disse assim: “Pai! Pai, interessante, né?! Na televisão a polícia é mocinho e aqui a polícia é bandida, porque prenderam o pai, o pai não fez nada. Por que isso, pai?” E aquilo me comoveu muito. É uma das coisas que eu não esqueço⁶⁹. Eu tinha apenas três anos. [...] Uma criança de três anos, pra ela é tudo diversão, fantasia, e eu nessa... Porque a mãe me levava pouco. Eu lembro, assim, de duas vezes ter ido [à prisão]: uma de kombi, outra de ônibus. Foram as duas únicas vezes que eu tenho na memória gravado. Então como a mãe ia com elas que eram maiores, quando a mãe voltava, ela sempre trazia um chicletinho de morango que ela dizia que foi mandado pelo pai. Então eu esperava a volta dela assim, com muita ansiedade por causa do chicletinho que o pai ia mandar pra mim. Isso eu lembro assim, eu sinto até o cheiro do chicletinho [...] aquilo me lembrava o pai, entende? O pai estar perto de mim era o tal do chicletinho⁷⁰.

Para permanecerem vivos e suportar o sofrimento, os presos se apegavam a saudade da família e ao companheirismo, lutando para não deixar a moral do

grupo baixar. A regra entre os que estavam em poder da repressão era se apoiar e garantir não só a própria sobrevivência, mas a dos colegas também:

Uma das regras era não deixar o astral baixo, dos companheiros. Se tivesse um companheiro triste íamos imediatamente conversar com esse companheiro. Um companheiro de Joinville chorava, muito triste, desesperado num canto, aí eu fui falar com ele. Aí eu disse: “Ó companheiro, eu tenho certeza de que o sol voltará a brilhar sobre nossas cabeças. Eu tenho certeza disso! A ditadura não tem futuro.”, eu dizia isso mais pra animar, né?! Animar, primeiro a mim, pra criar força. E ele disse: “Não, eu não estou chorando pela prisão. Eu estou chorando, sabe por quê? Porque você está aqui. Porque eu falei o teu nome e aí eu não me perdoou. Eu não aguentei a tortura. Eles enfiavam o cabo de vassoura no cu, eles fizeram o diabo, você precisa ver. Eles bateram na minha genitália com uma madeira, eu acho que vou ficar impotente. Tudo isso não importa! O importante pra mim é que você está aqui porque eu falei o teu nome.” Eu disse: “Não companheiro, a confissão tirada em tortura não tem valor nenhum e desde já eu não tenho mágoa nenhuma porque talvez eu fizesse o mesmo que você, porque ninguém é de ferro, nós somos de carne, somos de sentimentos, nós somos pessoas trabalhadoras, pessoas honestas”⁷².

As feridas abertas no cárcere passaram a acompanhar os militantes presos ao longo de suas vidas, algumas delas, muito curtas:

O pessoal morreu bem jovem. Outros, que não eram daqui de Florianópolis, mas de Criciúma, de Joinville, de Itajaí também, o pessoal acabou morrendo bem cedo, porque o pessoal adoeceu. Depois das prisões, o pessoal ficou doente, quase todo mundo, quase 100% ficou em situação realmente precária, difícil. Além da questão financeira, ainda era atacado pela doença que era a depressão, que era as formas de depressão. É um pouco misterioso como pode tanta gente morrer assim de forma tão jovem?⁷³.

Outros já se foram, outros se mataram porque não aguentaram. O Raul [Teodoro Ghercov] [...], que vinha de São Paulo pra cá, soltaram ele, no outro dia... Dentro de um poço, suicidou-se.⁷⁴

Mas que ficou sequela na nossa família, ficou [...]. Ainda hoje [...] tenho muito medo que ele cometa suicídio. Quantas vezes... Eu não dormia direito [...]. Principalmente porque ele tinha aquele problema de asma e aí ele não usava a bombinha. Ele escondia. Quantas vezes eu acordava e cadê o Edgar do meu lado? Eu saía correndo e ele estava aqui na frente caído. Eu chamava um táxi e corria com ele pro hospital com falta de ar e o médico dizia “Meu Deus do céu, não sei como esse homem chegou vivo aqui!”. Ele tentou várias vezes, várias

vezes. Por isso que o meu sono é assim, se eu estou deitada e cai uma folha lá fora eu já... Tudo sempre de sobressalto, sabe? [...] Além da gente sofrer eu tinha de cuidar dele. [...] Em [19]71, quando ele foi preso na feira e eu fui também porque eu disse “Não, eu vou até o fim contigo!”⁷⁵.

Além disso, mesmo depois de serem postos em liberdade, a vigilância sobre os presos parecia não diminuir e mesmo em liberdade a perseguição do Estado continuava. “Aí sempre tinha que tomar cuidado. Olhava pela janelinha e [...] [tinha um fusca] pra ver se eu estava organizando com alguém [...]. Estava em casa, mas tava sendo vigiado, sempre, sempre”⁷⁶.

As marcas da OBV na ação política dos militantes comunistas

Geisel assumiu a presidência em março de 1974 com a proposta da distensão. Ao mesmo tempo em que trazia a possibilidade da abertura democrática, dava aos militares a garantia de impunidade e continuidade do poder acumulado durante o regime ditatorial. O processo “lento, gradual e seguro” procurava:

1) favorecer [...] os resultados eleitorais desejados, [...] para beneficiar o partido situacionista no Congresso e nas demais casas legislativas, os candidatos a prefeito ou governador e, mais decisivamente, o candidato a presidente apoiado pela cúpula do regime e 2) ir alargando o conteúdo e o campo de validade das próprias regras e procedimentos, num ritmo compatível com seu controle a partir dessa cúpula. Envolveva, portanto, a manutenção de um poder político suficientemente concentrado, capaz de resguardar a iniciativa governamental a cada novo lance do processo⁷⁷.

Mas com o resultado das urnas, em novembro de 1974, ficava evidente aos militares que o processo de transição não seguiria da forma como havia sido planejada. Era preciso tomar medidas que impedissem que o país seguisse modelos como o grego, por exemplo:

Porque eles tiveram uma experiência. A experiência na Grécia⁷⁸ a redemocratização com os militares prendendo os ditadores. Os militares, os coronéis gregos foram a maioria presos por sargentos, cabos e soldados, entende? Então o Geisel fala [...]: ‘Eu falo para essa gente aí (que eram os militares) olhem a Grécia! Olhem a Grécia!’. Depois, em 1974, houve a revolução dos cravos em Portugal⁷⁹ e o Geisel dizia ‘Olha a revolução dos cravos que está acontecendo e vai acontecer aqui e em escala muito maior porque o Brasil é grande e mais

politizado'. [...] Então tinha uma necessidade aí porque sem o PC, os militares da direita, os torturadores, conseguiam liderar a democratização, a anistia, o processo de anistia com eles controlando ⁸⁰.

O desencadeamento das operações de caça aos comunistas surtiu o efeito visado pelo regime. Em Joinville, por exemplo, a militância do PC foi devastada pelas torturas. “Aí tá a resposta. Essas torturas, essas perseguições foram para aleijar, tirar o PC, porque aí eles conseguiram que até hoje os torturadores estão aí com anistia”⁸¹. As sequelas, tanto pessoais quanto coletivas, foram sentidas na ação política e na vida desses indivíduos. Um caso emblemático foi o de Antônio Justino que transformou o modo de ver e sentir a vida, a fim de diminuir o drama das memórias, se apegando à religião: “João, capítulo três diz que ‘É necessário nascer de novo’. Eu continuo sendo um homem de esquerda, mas cristão”⁸².

Mesmo após a anistia, o PC não teve fôlego para se reestruturar e ganhar força política. Os principais dirigentes do partido, em Joinville, tinham dificuldades para retomar a vida:

Pra conseguir emprego foi um problema. Aí eu tinha um parente que trabalhava com construção civil: fazia muro, fazia garagem, fazia casa. [...] Eu disse “Pai, tá ruim de arrumar emprego, não adianta” aí ele disse “Tem um fulano de tal. Ele trabalha assim por conta, tu não quer trabalhar com ele?” “Ah! Claro que eu quero” “Mas tu vai ser servente de pedreiro” eu disse “Não faz mal” aí eu ia de bicicleta por aí tudo, pela cidade com ele⁸³.

Não só as dificuldades interpostas pelo histórico de prisões, mas o próprio efeito físico das torturas dificultava o retorno ao trabalho e ao convívio social:

O Júlio Serpa viu: me deram tanto soco na barriga, tanto soco na barriga, aí me deu uma úlcera nervosa [...] que eu começa [o trabalho na empresa Tupy] das 14h00 às 22h00 parece... Quando chegava 16h00 me dava uma dor no estômago tão grande, tão grande, tão grande que eu disse: “Não dá mais!”. Aí me botaram no encosto. [...] O Dr. [incompreensível] disse: “Não dá, Didi, vamos ter de operar!” Aí me mandaram pro hospital Dona Helena e fizeram a operação pra tirar aquela úlcera, aquele sangue magoado que ficou⁸⁴ (Rocha O, 2011).

Isso fica marcado indelevelmente, profundamente sabe? Não dá pra dizer “Não, tá legal!”, não dá! Eu às vezes tenho vontade de me suicidar. Me dá

vontade de me suicidar. Aí eu começo a dizer poemas, a ler em voz alta, fazer ginástica, sabe?⁸⁵.

Esse trauma fica pra toda a vida. Fica pro resto da vida. Não adianta, é interessante, você fica dois, três meses sem nem pensar nisso, aí depois, começa a pensar quase todos os dias. Eu não consegui, por exemplo, ler o livro do Celso [Martins], nenhum livro do Celso eu não consegui ler. Fui ver o documentário [Audácia], não consegui ver. Eu vivi aquilo ali e não são coisas boas que eu vivi, então eu não consigo ver⁸⁶.

Os efeitos das prisões ainda podem ser sentidos entre aqueles militantes do PCB. No documentário *Ditadura Reservada* é visível o medo estampado no rosto de Osni Rocha, quando provocado pelo amigo Edgar Schatzmann que diz que as câmeras do filme pertencem ao governo; da mesma forma que Arão Slutzk (principal liderança comunista em Joinville), ainda recusa contar a história de sua participação política no PCB. Esse são alguns dos exemplos de como o regime ditatorial foi competente ao tentar desarticular o partido em Santa Catarina. Sobrou aos militantes comunistas a memória coletiva, como pensou Silva⁸⁷, vista nos acontecimentos ao longo do tempo. Ela é o que ficou no passado desse grupo que não está presente nas instituições detentoras do poder⁸⁸.

As prisões desencadeadas pela OBV serviram para desarticular o partido em Santa Catarina, garantindo os privilégios da direita e dos herdeiros da ditadura. À época, os poucos que permaneceram em liberdade, e alguns familiares, se organizaram para denunciar as prisões e as torturas, lutando pela liberdade dos presos políticos. “Daí nós se fortalecemos [sic], né? Pra ficar mais juntas”.⁸⁹

Algumas considerações

Com a ampla participação dos militantes comunistas no pleito de 1974, o que levou a derrota da Arena para o MDB, somado ao fato de que a maior parte dos grupos de resistência armada já tinha sido eliminada, e também a descoberta da gráfica clandestina do PCB, o partido comunista tornou-se o centro das atenções da repressão. A ditadura desencadeou, então, a Operação Radar, para destruir o comando central do PC e as outras operações de menor porte nos estados, para desarticular a militância. Entre elas estava a OBV⁹⁰.

Com a maioria dos grupos armados já eliminados, a ditadura precisou enfraquecer este partido de oposição antes de completar o processo de transição para o governo civil, garantindo os privilégios da direita com a manutenção das estruturas sociais e políticas criadas pela ditadura. Os militantes

comunistas foram sequestrados, deixados incomunicáveis, torturados e mantidos presos acima do prazo legal.

Mesmo que alguns advogados tenham tentado chamar a atenção da justiça para as prisões irregulares e para os casos de tortura, por exemplo, os documentos oficiais da época desconsideravam tal situação e aqueles produzidos pelos próprios presos não eram levados em consideração. No que se refere ao processo de julgamento destes presos, Torres afirma que:

Calou-se o Procurador em relação aos casos de tortura [ocorridos durante a OBV]. A palavra dos acusados pouco valia para que fosse instaurada uma sindicância ou um processo judicial. As representações anticomunistas novamente entraram em cena: os acusados, comunistas que eram, tentavam confundir a todos, fazendo-se de vítimas. As torturas não foram sequer mencionadas. De forma lacônica descreveu suas alegações finais [...] solicitando a decretação de pena para a maioria dos acusados. [...] Havia uma proteção aos agentes policiais e as denúncias caíram no vazio⁹¹.

É certo que boa parte do material produzido a respeito da luta política em Santa Catarina está permeado pelo espectro da história oficial, da história dos vencedores⁹². Infelizmente, as ações dos militantes que lutaram contra o regime ainda são uma página pouco lida da história recente do estado.

Os depoimentos dos militantes presos são como vozes coletivas. Eles representam as relações sociais daqueles indivíduos, a partir da experiência apropriada por meio da ação conjunta. Estudar a memória das vítimas, ao mesmo tempo em que é uma das poucas formas de recuperar o histórico de violações de direitos humanos ocorrido durante a ditadura, apresenta dificuldades específicas. O sofrimento sentido com as torturas físicas e psicológicas, fez com que os militantes criassem mecanismos de esquecimento. Edgar Schatzmann, por exemplo, faz piada sobre a vida e sobre o que passou, ainda que os pesadelos sejam recorrentes mesmo depois de quase 40 anos.

Coube-nos interpretar essas memórias respeitando-as e compreendendo-as como parte importante da vida dos indivíduos que aceitaram se expor. No caso da memória dos presos em campos de concentração nazista, por exemplo, Agamben⁹³ afirma que:

É uma aporia da mesma espécie a que Wiesel compendiou com o apotegma: “Vivo, portanto sou culpado”, acrescentando logo depois: “Estou aqui porque um amigo, um companheiro, um desconhecido morreu no meu lugar”. A mesma explicação aparece em Ella Lingens, como se o sobrevivente pudesse viver se fosse no lugar do outro: “Por acaso, cada um de nós que voltou não

carrega consigo um sentimento de culpa que, pelo contrário, os nossos carcosos provam tão raramente: ‘eu estou vivo porque os outros morreram no meu lugar?’”.

Para Agamben, “não se trata de derrotar o espírito de vingança para assumir o passado. [...] Nem se trata de manter com firmeza o inaceitável por meio do ressentimento”⁹⁴. Depois que o indivíduo testemunha algo traumatizante, como os campos de concentração nazista ou as torturas perpetradas pela ditadura no Brasil, como no caso da OBV aqui estudado, o que se tem é um eterno retorno, um horror transformado em vergonha e culpa pelos que “caíram em combate”. Para que esses momentos e sentimentos não sejam revividos, é compreensível a recusa em falar desses episódios. Podemos, por assim dizer, interpretar o silêncio e o esquecimento como tentativas de extinguir aquele passado de vergonha e culpa.

O motivo de não desejar reviver essas memórias é compreendido também quando se verificam os efeitos da repressão na vida dos militantes e dos familiares. Doenças como a depressão e o alcoolismo tornaram-se comuns entre esses ex-presos políticos. Muitos morreram por enfermidades direta ou indiretamente ligadas ao trauma, como no caso de Júlio Serpa, que teve câncer causado pelo abuso de álcool e cigarro. Do mesmo modo, o suicídio foi recorrente, e em alguns casos, apesar da passagem do tempo, é uma possibilidade que ronda os pensamentos ainda hoje, como no caso de Edgar Schatzmann.

Já o partido, sofreu profundamente e enfraqueceu. Com a redemocratização, o PCB em Joinville, por exemplo, não teve fôlego para retomar a organização da classe trabalhadora e, mais tarde, em 1992, a militância comunista institucionalizada na cidade se extinguiu com a ruptura que deu origem ao PPS.

O processo de anistia, desencadeado pela ditadura em 1979, permitiu aos presos a liberdade, mas garantiu a impunidade dos agentes do Estado, isentando-os dos crimes cometidos. Por isso, esse trabalho visou garantir que a memória daqueles que lutaram contra o regime não seja apagada, pois esquecer o que aconteceu em Santa Catarina durante a OBV é dar a direita catarinense poder sobre a vida dos militantes comunistas e condená-los uma segunda vez.

RESUMO

Este artigo objetiva compreender a ação da direita durante o regime civil-militar contra a militância comunista de Santa Catarina durante a Operação Barriga Verde, maior ataque à esquerda do estado nos últimos 40 anos, que teve como propósito a aniquilação do PCB no estado. Para isso, partimos das memórias dos militantes presos, dos familiares e de pessoas que tiveram en-

volvimento com esses indivíduos. Na realização desse trabalho, foi necessária uma ampla pesquisa bibliográfica e documental sobre o período e o emprego da História Oral, com entrevistas realizadas por nós e por outros pesquisadores, com os envolvidos na luta comunista.

PALAVRAS-CHAVE

Regime civil-militar brasileiro; Operação Barriga Verde; Comunismo; Direita catarinense.

Memories of Operation “Barriga Verde”: the hunt for communists in Santa Catarina

ABSTRACT

This article aims to understand the right wing action together with the civil-military regime against the communist militancy of Santa Catarina during Operation “Barriga Verde” (Green Belly), the greater attack to the left wing of the state from the past 40 years, which aimed to the annihilation of the PCB in the state. For this, we gathered the memories of the arrested militants, family members and people who have had involvement with these individuals. During this work, it was necessary a wide bibliographical and documentary research on the period and the use of oral history, with interviews conducted by us and by other researchers, with those involved in the communist struggle.

KEYWORDS

Brazilian civil-military regime; Barriga Verde Operation; Communism; Rightist wing of Santa Catarina.

NOTAS

1. Mestre em sociologia política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutorando do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e bolsista do Programa de Bolsas Universitárias do estado de Santa Catarina (UNIEDU). E-mail: elitonfelipe@gmail.com.

2. ROCHA, Osni. *Osni Rocha*: depoimento [2011]. Entrevistador: F. Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada. Osni Rocha tinha 27 anos quando foi preso. Nascido em 1948, Didi, como era conhecido entre os comunistas, ingressou no PCB ainda na adolescência, em 1962, a convite de João Jorge Machado de Souza e Irineu Ceschin. “Eles contaram pra mim que [comunista] não era bicho que comia criancinha, não. Que íamos ajudar os operários” Idem. Osni era conhecido entre os companheiros de militância pelo codinome “Niso”. Torneiro

ferramenteiro, foi preso na porta da empresa Cipla, onde trabalhava, apenas dez dias após ter se casado.

3. Utilizamos a denominação “civil-militar”, proposta por Reis, pois ela enfatiza melhor a natureza do golpe orquestrado pela direita brasileira e pelas Forças Armadas. Ver mais em: REIS, Daniel Aarão. *A ditadura civil-militar*. O Globo, Rio de Janeiro, 31 de março de 2012.

4. SOUZA, Eliton Felipe. “*Eu também fui torturado*”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Programa de Pós-Graduação (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2015, p. 95.

5. MARTINS, Celso. “Operação Barriga Verde” é tema de livro: depoimento. [07 de novembro de 2006a]. São Paulo: *Terra Magazine*. Entrevista concedida a Karen Cunsolo.

6. LEAL, Luana A. M.. Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbachs. *Linguagem*, São Carlos, n. 18, 2013, passim.

7. SCHMIDT, Maria L. S.; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, 1993, p. 285-298, passim.

8. Para melhor compreensão sobre o tema, ver a dissertação de TORRES, Mateus Ganba. “*A Justiça nem ao Diabo se há de negar*”: A repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975 – 1978). 2009. 188. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2009. Trabalho que trata do processo judicial desencadeado com Operação Barriga Verde; os documentários PORTO, F.. *Ditadura Reservada*. [Filme-documentário]. Produção e direção: Fabrício Porto. Joinville, Guarda Filmes, 2011. DVD, 79 min. Cor, som. E PEREIRA, C.; CAMPAGNA, Z. *Audácia*. [Filme-documentário]. Direção: Chico Pereira; produção-executiva: Zuca Campagna. Florianópolis, 2009. DVD, 52min. Cor, som. Ambos produzidos a partir de entrevistas realizadas com os presos na OBV; e MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do sol*. Florianópolis: Ed. Da UFSC/ – Fundação Boiteux, 2006a. O jornalista e historiador Celso Martins foi militante do PCB a partir dos anos 1970 e produziu um livro a partir de documentos e entrevistas dos colegas comunistas presos durante o regime civil-militar.

9. JOSÉ, Emiliano. *Sobre Ustra, Fleury e outros asseclas*. Disponível em: <http://goo.gl/mylO6o>. Acesso em: 15 mai. 2014.

10. Com a operação Radar, iniciada em 1973, parte do Comitê Central do PCB foi presa. [] Outro que está no rio [Rio Novo, a 260 quilômetros de São Paulo, nas imediações da cidade de Avaré] é Elson Costa, assassinado em 1975. Ele era o encarregado da seção de agitação e propaganda do partido. Na casa de Itapevi, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo tipo de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banharam-no com álcool e tocaram fogo depois. Elson ainda recebeu in-

jeção para matar cavalo. O corpo de Ijair José Veloso também foi jogado na ponte [...] Jaime Amorim de Miranda, também foi preso e morto na Operação Radar. O último corpo que sei ter sido jogado da ponte é o de José Montenegro de Lima. In: CANTO, M. D. C. *Autópsia da Sombra: o depoimento terrível de um ex-sargento que transitava no mundo clandestino da repressão militar resgata parte da história de uma guerra suja: depoimento*. [18 de novembro de 1992]. São Paulo: *Veja*. n. 41, 18/11/1992. Entrevista concedida a Expedito Filho, p. 24-25.

11. SOUZA, Eliton Felipe. *Op. cit.*, p. 102.

12. VIEIRA, Jacy Guilherme. O confronto de duas tendências dentro da hierarquia militar e a última reserva de caça da repressão: o Partido Comunista Brasileiro – PCB. *Textos & Debates*. Boa Vista, v. 1, n. 1, p. 37-44, 1995, p. 43

13. FRANCISCO apud GUEDES, Sandra P. L. de Camargo; et al. *O exército e a cidade*. Joinville: Univille, 2008, p. 150.

14. TORRES, Mateus Ganba. “A Justiça nem ao Diabo se há de negar”: A repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975 – 1978). 2009. 188. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2009, p. 182.

15. FILHO, Marcos Cardoso apud MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do sol*. Florianópolis: Ed. Da UFSC/ Fundação Boiteux, 2006b, p. 19.

16. MAUS, Sigfrido. *Sigfrido Maus: depoimento* [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia.

17. Uma das lideranças do partido no Norte catarinense, Júlio Adelaido Serpa, nasceu em 1949, na cidade de Guarimirim, e mudou-se ainda criança para Joinville. Aos 14 anos teve os primeiros contatos com política, no grêmio estudantil do colégio Celso Ramos, que ele ajudou a fundar. Entrou para o PCB no início dos anos 1960.

18. Iniciada em 12 de setembro de 1975, durando aproximadamente um mês, a Operação Marumbi foi planejada e executada pelo DOPS e DOI-CODI paranaenses, que prenderam mais de 100 pessoas acusadas de praticarem atividades comunistas no estado. Dessas, 65 foram indiciados no IPM 49/75 (Inquérito policial instaurado pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina, com o objetivo de apurar a responsabilidade de pessoas envolvidas com o PCB no estado.).

19. MARTINS, Celso. *Celso Martins: depoimento* [2011]. Entrevistador: F. Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada.

20. TORRES, Mateus Ganba. *Op. cit.* p. 57.

21. *Ibidem*, p. 18-19.

22. FRANCISCO apud GUEDES, Sandra P. L. de Camargo; et al. *Op. cit. loc. cit.*.

23. 5ª RM/DE. COMUNICADO do comando da 5ª RM/DE. O Estado, Florianópolis, 8 nov. 1975.

24. CANTO, Murilo apud MARTINS, Celso, 2006b. *Op. cit.*, p. 23.
25. Expressão como é conhecida a parte insular da cidade de Florianópolis.
26. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – CNV. *Relatório preliminar de pesquisa: centros clandestinos de violação de direitos humanos*. Brasília, DF, abril de 2014.
27. Desde meados dos anos 1960, os discursos dos vereadores Ulisses Tavares Lopes, que foi cassado pelo AI-5 e, posteriormente, de seu irmão, Aderbal Tavares Lopes, eram requisitados pelo 62º BI, estacionado em Joinville, e, de lá, eram enviados para Florianópolis e depois Brasília para serem incluídos na ficha policial de ambos.
28. Irineu Ceschin foi preso pela OBV aos 32 anos. Ele trabalhava na Câmara de Vereadores de Joinville e teve os primeiros contatos com o PCB junto com o amigo Edgar Schatzmann nos anos 1950.
29. MARTINS, Celso, 2006b. *Op. cit.*, p. 186.
30. BRENDA, Antônio Acir. *Operação Barriga Verde: depoimento* [2014]. Entrevistador: E. F. De Souza. Curitiba. Entrevista concedida para o projeto de mestrado “Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro.
31. *Idem*.
32. Nilson Wilson Bender foi diretor financeiro, de planejamento e de organização da empresa Fundação Tupy, maior fundição da América Latina, por 34 anos. Entrou para a União Democrática Nacional (UDN), em 1955 e foi prefeito de Joinville entre 1966 e 1970. Bender foi responsável pela vinda do, então, ditador Costa e Silva para as comemorações do 1º de maio na cidade. Era o preferido dos estadunidenses para assumir o governo de Santa Catarina, como ficou claro em documento enviado pelo cônsul dos EUA no Brasil, em 1965, divulgado pela Casa Branca no início de 2014. O documento intitulado: “Santa Catarina nomeia jovem turco para governador” diz que Bender seria capaz de destronar “a máquina Bornhausen/Konder Reis que dominou o estado de Santa Catarina por mais de 20 anos”. Considera, ainda, que Bender seria um “competente pró-Lacerda [governador do estado da Guanabara pela UDN entre 1960 e 1965] industrialista sem nenhuma experiência política. Seu apelo como uma cara nova vem junto com um recente aumento na popularidade da revolução em Santa Catarina”. “Wilson Bender é um rico diretor da grande fundição em Joinville TUPY S/A. Ele é [...] algo de uma linha mais dura. Ele é controlado, se comparado ao presidente da TUPY, Hans Dieter Schmidt, um conservador fanático” [tradução do autor]. DEPARTMENT OF STATE. Consulado estadunidense em Curitiba, PR. *Santa Catarina UDN nominates young turk for governor*. Curitiba, 28 de maio de 1965a. Outro documento do consulado americano em Curitiba relata, com certo temor, que a indicação de Bender fora anulada e que a UDN poderia indicar o nome do Senador Antônio Carlos Konder Reis para concorrer ao governo estadual. “Santa Catarina se prepara para eleições governamentais em outubro, a seleção normal de candidatos e formação de alianças foi suspensa enquanto se aguarda o resultado

da luta para o controle da UDN”. O documento diz que, “embora Bender tenha se tornado indicado para governador pela UDN, em uma convenção em [ilegível] de março [ilegível] ele foi incapaz de consolidar sua vitória na subseqüente eleição de oficiais do partido que foram denominados pelas forças Bornhausen/Konder Reis” A nomeação de Bender foi, então, considerada inválida e o partido marcou “uma nova convenção de nomeação em 29 de maio”. O consulado afirma que, “com a natural exceção do grupo Bornhausen, observadores políticos de todos os partidos têm estabelecido Bender como favorito, mas por uma margem [...] pequena”. DEPARTMENT OF STATE. Consulado estadunidense em Curitiba, PR. *Political situation in Santa Catarina – May 1965*. Curitiba, PR, 17 de maio de 1965b. O grupo liderado por Borhausen conseguiu a indicação de Konder Reis, derrotado no pleito por Ivo Silveira, do PDS. Foi o fim das aspirações políticas de Nilson Bender.

33. BENDER, Nilson Wilson. *Nilson Wilson Bender*: depoimento [2011]. Entrevistador: F. Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada.

34. Idem.

35. Nascido em 1940, no distrito de Pirabeiraba, Edgar Schatzmann foi militante do Partidão de 1955 a 1992, foi operário e bancário. Aos 22 anos, foi convidado pelo partido para estudar na URSS e viajou para a Rússia, acompanhado de outros 34 militantes comunistas chegando a dar início aos estudos no Cazaquistão. Com o golpe civil-militar no Brasil, retornou ao país em 1965, já na clandestinidade. Em 1967, foi preso pela primeira vez, passando por tortura psicológica. Em 1968, teve a prisão preventiva decretada, voltando ao cárcere em 1971, onde permaneceu por dois anos, fugiu e mudou-se para o Rio Grande do Sul e, depois, interior de Santa Catarina, onde viveu ilegalmente com o nome de Hercílio. Voltou à Joinville em janeiro de 1971, após casar, de forma clandestina, em Itajaí, em 06/01/1970. Em 1975, com 35 anos, tornou a ser preso, agora pela OBV, e foi condenado pelo Tribunal Militar em Curitiba a dois anos de prisão.

36. SCHATZMANN, Edgar. *Edgar Schatzmann*: depoimento [2014]. Entrevistador: E. F. De Souza. Joinville. Entrevista concedida para o projeto de mestrado “Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro.

37. BENDER, Nilson Wilson. *Op. cit.*, loc. cit.

38. ARQUIVO PESSOAL (Antônio Breda). *[Ilegível] DAS DECLARAÇÕES DOS PRE-SOS POLÍTICOS DA “OPERAÇÃO BARRIGA VERDE, 1976*. Florianópolis, 23 de fevereiro de 1976, p. 01.

39. ROCHA, Maria da Glória. *Maria da Glória Rocha*: depoimento [17 de março de 1997]. Entrevistador: S de Souza. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville. Entrevista concedida ao Projeto Ecos de resistência na desconstrução da ordem: uma análise da Revolução de 64 em Joinville. Depois de sequestrados, os militantes seguiam para Curitiba. No caminho, eram vendados com óculos pretos e o tempo todo eram ameaça-

dos e torturados psicologicamente: “e daí a gente foi pra Curitiba, mas eles não diziam, né?! Porque aquela época já estava bem fechado a coisa e eles diziam ‘Não, nós vamos levar vocês lá pra Operação Bandeirantes’. Eles apavoravam a gente”. BITTENCOURT, Rosemarie Cardoso, 2011. *Op. cit.*, loc. cit.

40. SCHATZMANN, Lúcia Schinato. *Lúcia Schinato Schatzmann*: depoimento [2013]. Entrevistador: E. F. De Souza. Barra do Sul. Entrevista concedida para o projeto de mestrado “Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro.

41. SCHATZMANN, Edgar. *Edgar Schatzmann*: depoimento [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia.

42. SCHATZMANN, Lúcia Schinato. *Op. cit.*, loc. cit.

43. Rosimarie Cardoso Bittencourt, também presa aos 28 anos, era irmã de Marcos Cardoso, presidente da juventude do MD B e professor do Colégio de Aplicação e da UFSC, e uma das principais lideranças do PCB no estado. Rosimarie era assistente social e servidora pública do município de Joinville, já havia sido presa no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968;

44. BITTENCOURT, Rosemarie Cardoso. *Rosemarie Cardoso Bittencourt*: depoimento [2011]. Entrevistador: F. Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada.

45. ROCHA, Osni. *Op. cit.*, loc. cit.

46. SERPA, Júlio Adelaido. *Júlio Adelaido Serpa*: depoimento [2011]. Entrevistador: F. Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada.

47. A primeira menção ao Juiz Auditor Militar nos autos do processo foi feita na página 172, no dia 4 de dezembro de 1975, e refere-se a um pedido de prorrogação de prazo para a conclusão do inquérito por mais trinta dias. TORRES, Mateus Gamba, *Op. cit.*

48. “Durante as investigações policiais o indiciado poderá ser preso, pelo Encarregado do Inquérito até trinta dias, comunicando-se a prisão à autoridade judiciária competente. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, mediante solicitação fundamentada do Encarregado do Inquérito à autoridade que o nomeou”. BRASIL. BRASIL. Decreto-lei nº 898. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. *Lex*: Presidência da República, Brasília, 29 de setembro de 1969. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=179024>. Acesso em: 20 mai. 2014.

49. ROCHA, Osni. *Op. cit.*, loc. cit.

50. *Idem.*

51. SCHATZMANN, Edgar. *Edgar Schatzmann*: depoimento [2011]. Entrevistador: F. Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada.

52. Idem.

53. ROCHA, Maria da Glória. *Maria da Glória Rocha*: depoimento [2011]. Entrevistador: F. Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada.

54. ROCHA, Osni. *Op. cit.*, loc. cit.

55. Lúcio Jaimes Acosta é delegado de Polícia Federal Aposentado, ex-professor da Academia Nacional de Polícia e, atualmente, sócio da empresa Acosta & Advogados Associados S/S, em Brasília. Acosta foi um dos fundadores da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), onde foi segundo secretário entre 2012 e 2013. Segundo Edgar Schatzmann, Acosta o teria agredido nas dependências da PF em Santa Catarina: “Ele me deu uns socos, uns pontapés assim, sabe? Porque eu falei pra ele ‘onde é que tu vai se esconder meu filho? [] Olha a Grécia, olha Portugal... Pode escrever aí!’ Aí ele me deu um soco, [] um telefone e me chutou”. Ainda segundo Edgar Schatzmann, o delegado “se gabava de ter feito parte da escola de tortura do Panamá”, a Escola das Américas, localizada no Panamá, foi criada em 1946 pelo governo americano como parte dos esforços anticomunistas na América do Sul e, segundo Filho (1999), nos anos 1960, ela se tornou o principal centro de contra-insurreição na região. Ver mais em: FILHO, João Roberto Martins. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 12, 1999, p. 67-82.

56. ARQUIVO PESSOAL (Antônio Breda). *Op. cit.*, p. 05 et. seq.

57. ROCHA, Osni. *Op. cit.*, loc. cit.

58. SCHATZMANN, Lúcia Schinato. *Lúcia Schinato Schatzmann*: depoimento [2014]. Entrevistador: E. F. De Souza. Joinville. Entrevista concedida para o projeto de mestrado “Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro.

59. ROCHA, Osni. *Op. cit.*, loc. cit.

60. ARQUIVO PESSOAL (Antônio Breda). *Op. cit.*, p. 03.

61. *Ibidem*, p. 04-05.

62. *Ibidem*, p. 05.

63. TORRES, Mateus Ganba. *Op. cit.*, p. 162.

64. SOUZA, Eliton Felipe de. *Op. cit.*, p. 125.

65. JUSTINO, Antônio. *Antônio Justino*: depoimento [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia. Antônio Justino era eletricitista e tinha 32 anos quando foi preso pela OBV. Justino foi libertado após a segunda audiência da 5ª Auditoria que ocorreu na então Escola Técnica Federal, em Florianópolis, em 23 de setembro de 1976.

66. SERPA, Júlio Adelaido. *Júlio Adelaido Serpa*: depoimento [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia.

67 BITTENCOURT, Rosemarie Cardoso. *Rosemarie Cardoso Bittencourt: depoimento* [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia.

68 SERPA, Zilma G.. *Zilma G. Serpa: depoimento* [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia.

69 JUSTINO, Antônio. *Op. cit.*, loc. cit.

70. SERPA, Viviane. *Viviane Serpa: depoimento* [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia.

71. Ver mais em SOUZA, Eliton Felipe. *Op. cit.*, p. 102-131. Além disso, na *parte III – Métodos e práticas nas graves violações de direitos humanos e suas vítimas*, do relatório da CNV, no capítulo 10 – *Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes*, a Comissão exibe os resultados de pesquisas relacionadas apenas aos abusos sofridos por menores, sob o título de *A violência contra crianças e adolescentes, o legado traumático e sua transmissão*.

72. SCHATZMANN, Edgar, 2009. *Op. cit.*, loc. cit.

73. VERZOLA, Alécio. *Alécio Verzola: depoimento* [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia. Alécio Verzola nasceu em Florianópolis em uma família comunista. Quando o PCB começou a se reorganizar, em 1968, assumiu o cargo de Tesoureiro da direção estadual do partido. Foi preso, em 1975, durante a OBV, quando ocupava a função de segundo secretário.

74. ROCHA, Osni. *Op. cit.*, loc. cit. Depois de ser torturado, Ghercov foi libertado com a Anistia, em 1979. Ao sair da prisão, o dirigente tentou retomar a militância política, mas não conseguiu, dada a mudança nos quadros do partido. Ghercov, então, passou a trabalhar como porteiro no prédio do Instituto dos Arquitetos do Brasil, em São Paulo, e foi acometido pela depressão e suicidou-se, jogando-se dentro do poço na própria casa.

75. SCHATZMANN, Lúcia Schinato, 2014. *Op. cit.*, loc. cit.

76. Idem.

77. ARAUJO, Cicero. O processo constituinte brasileiro, a transição e o Poder Constituinte. *Lua Nova*. São Paulo, 2013, n. 88, p. 327-380.

78. Segundo Oliveira, a transição democrática grega foi rápida, porque o regime autoritário não conseguiu apoio suficiente enquanto esteve no poder, entre 1967 e 1974. Havia divisões no interior das FFAA, além da oposição da monarquia e de grande parte dos políticos e da sociedade civil. Em 1973, o Estado-Maior grego isolou as Forças Armadas do governo, depondo os militares que controlavam a ditadura e negociando o retorno do líder político conservador Constantine Karamanlis, dando a garantia de que as FFAA estariam afastadas dos governos que se formariam. Em 142 dias, o regime autoritário foi desmontado, a monarquia extinguida por referendo, o PC foi legalizado e realizaram-se eleições para o Parlamento. Os militares expurgados pela ditadura foram reintegrados e os comprometidos com o regime fo-

ram presos, julgados e, muitos deles, condenados. Ver mais em OLIVEIRA, Luzia H. H.. Rumos da democratização brasileira: a consolidação de um modelo majoritário de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 15, 2000, p. 11-29.

79. Para Oliveira, em Portugal o regime autoritário foi derrubado por jovens oficiais que se opunham à política colonialista do país e o sucesso do golpe deveu-se, principalmente, ao apoio da sociedade, que se mobilizou e saiu às ruas empunhando cravos vermelhos. Os militares que tomaram o poder aproximaram-se dos partidos revolucionários portugueses, dentre os quais o mais relevante era o PC português. Em 1975, houve eleições para a Assembleia Constituinte, onde os partidos democráticos obtiveram 72% dos votos, sinalizando claramente que a sociedade optava pela democracia. *Idem*.

80. SCHATZMANN, Edgar, 2014. *Op. cit.*, loc. cit.

81. *Idem*.

82. JUSTINO, Antônio. *Op. cit.*, loc. cit.

83. SCHATZMANN, Edgar, 2014. *Op. cit.*, loc. cit.

84. ROCHA, Osni. *Op. cit.*, loc. cit.

85. SCHATZMANN, Edgar, 2014. *Op. cit.*, loc. cit.

86. SERPA, Júlio Adelaido, 2011. *Op. cit.*, loc. cit.

87. SILVA, Emanuela Francisca Ferreira. *Entre vencedores e vencidos: reflexões sobre história, memória e cesura*. Estação Literária, Londrina, vol. 4, 2009, p. 15-26.

88. Ver mais em SOUZA, Eliton Felipe de. *Op. cit.*, p. 136.

89. ROCHA, Maria da Glória, 2011. *Op. cit.*, loc. cit.

90. Para aprofundar a questão eleitoral de 1974, ver SOUZA, Eliton Felipe de. *Op. cit.*, p. 139.

91. TORRES, Mateus Ganba. *Op. cit.*, p. 182.

92. Ainda que a anistia tenha se concretizado, essa se deu de forma incompleta. Aqueles que estiveram no poder durante o regime civil-militar se perpetuaram por meio de arranjos políticos, seja com a criação de partidos surgidos no seio da Arena, seja pelo poder econômico e pelas alianças com os conglomerados midiáticos. Por isso, ainda que a ditadura tenha sido derrotada, diferente do que ocorreu nos vizinhos do cone sul, como Argentina e Chile, os idealizadores e mantenedores do regime ditatorial brasileiro saíram vitoriosos, sem serem sequer julgados por seus crimes. Torturadores como o Bel. Lucio Jaimes Acosta, responsável por parte das torturas ocorridas em Florianópolis durante a OBV, hoje levam a vida tranquilamente, recebendo aposentadoria pelos serviços prestados ao Estado brasileiro.

93. AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 95.

94. *Ibidem*, p. 107.